

**Decisão Monocrática 00550/2024-1**

Produzido em fase anterior ao julgamento

Processo: 04388/2024-5**Classificação:** Pedido de Reexame**UG:** IPAJM - Instituto de Previdência Dos Servidores do Estado do Espírito Santo**Relator:** Marco Antônio da Silva**Interessado:** SANDRO FERREIRA DA SILVA, JOSE ELIAS DO NASCIMENTO MARCAL**Recorrente:** Membros do Ministério Público de Contas (LUCIANO VIEIRA)**PEDIDO DE REEXAME – DECISÃO TC 00811/2024-9 -
PRIMEIRA CÂMARA – CONHECER – NOTIFICAR – À
ÁREA TÉCNICA PARA INSTRUÇÃO DO FEITO.**

1. O preenchimento dos requisitos legais e regimentais de admissibilidade, impõe o conhecimento do presente Recurso, com notificação do Órgão de Origem bem como do interessado para que, querendo, se manifestem, com posterior envio à área técnica para instrução do feito.

O EXMO. SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA SILVA:

Tratam os presentes autos de **Pedido de Reexame**, recurso interposto pelo **Ministério Público de Contas**, em face da r. **Decisão TC 00811/2024-9 – Primeira Câmara**, proferida nos autos do Processo TC 02619/2020-6, que registrou a Portaria 225/2020, da Transferência “*Ex-Officio*” para a Reserva Remunerada do 1º Tenente BM Sandro Ferreira da Silva.

O recorrente, em síntese, almeja o provimento do presente recurso para que seja reformada a r. Decisão guerreada, pugnando o acolhimento de suas razões recursais, aduzindo, para tanto, que a r. Decisão, ora objurgada, foi proferida em contrariedade às provas constantes dos autos, bem como ao ordenamento pátrio.





Deste modo, vieram os autos a este Magistrado de Contas para apreciação dos requisitos de admissibilidade, nos termos em que preceitua o parágrafo único do artigo 395, do Regimento Interno desta Egrégia Corte de Contas, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013.

É o sucinto relatório.

DECIDO.

Em tendo sido interposto o Pedido de Reexame em apreço, necessário é analisar se presentes estão os requisitos para seu processamento.

1. DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE:

De acordo com a Lei Complementar 621/2012, em seu art. 62, parágrafo único e art. 157, o prazo para que o Ministério Público Especial de Contas recorra das decisões definitivas do Tribunal de Contas é contado em dobro, ou seja, 60 (sessenta) dias, a partir da data em que efetivada a ciência da deliberação ao Órgão Ministerial.

Denota-se do sistema informatizado *Etcees* que a efetivação da ciência da r. Decisão, ora recorrida, se deu **em 22/4/2024**, iniciando a contagem do prazo recursal **em 23/4/2024**, sendo protocolizado o presente recurso **em 14/6/2024**, observando-se, portanto, o prazo recursal.

Assim, tem-se que o presente recurso protocolizado é **TEMPESTIVO**, na forma dos artigos 166, § 3º c/c o 164, ambos, da Lei Complementar 621/2012, ademais, o recorrente **possui interesse e legitimidade**, assim sendo, presentes estão os requisitos legais e regimentais para a admissibilidade deste feito, razão pela qual deve ser conhecido o recurso interposto, na forma do artigo 166 da Lei Complementar 621/2012.

2. DO DISPOSITIVO:

Ante o exposto, com fulcro no art. 166, da Lei Complementar 621/2012, **CONHEÇO** do presente Pedido de Reexame, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade, e **DETERMINO**, conforme o art. 156, da LC 621/2012, a





NOTIFICAÇÃO do Sr. **José Elias do Nascimento Marçal** - Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM, ou de quem eventualmente lhe faça as vezes, bem como do interessado Sr. **Sandro Ferreira da Silva** para que, querendo, no prazo de **30 (trinta) dias**, apresentem suas contrarrazões e documentos que entenderem necessários, em face do Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público Especial de Contas, com o fito de reformar os termos da r. Decisão TC 00811/2024-9 – Primeira Câmara, ora objurgada;

DETERMINO, ainda, que seja encaminhada aos interessados, cópia do Pedido de Reexame, juntamente com o respectivo Termo de Notificação, cumprindo reluzir que *in casu* a **NOTIFICAÇÃO** do beneficiário se faz necessária tendo em vista que dentre as motivações recursais, uma delas – incidência ou não do Tema 1.254 em sede de Repercussão Geral – tem sido motivo de realização de diligência determinada pelo Colegiado da Segunda Câmara.

À **Secretaria Geral das Sessões - SGS** para os impulsos necessários, após, com as certificações devidas, encaminha-se os presentes autos ao Núcleo de Controle Externo competente, a fim de que promova a instrução regular, em face dos atos e fatos constantes destes autos.

É como decido.

Vitória/ES, 17 de junho de 2024.

MARCO ANTONIO DA SILVA

Relator

